

**TutPrv no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.411 - GO  
(2018/0228236-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**REQUERENTE** : EXPRESSOCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES  
LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCELO JOSÉ CISCATO E OUTRO(S) - PR024654  
MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA E OUTRO(S) -  
PR049078  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS  
**INTERES.** : ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

**EXPRESSOCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**

formula pedido de concessão de tutela provisória de urgência (fls. 1.401/1.437), objetivando a suspensão de qualquer tentativa de licitação para contratação de empresa para administração da folha de consignados dos servidores do Estado de Goiás.

Para tanto, sustenta que ainda está em vigência contrato com igual objeto, firmado pela empresa requerente com o Estado, cuja validade é questionada nos autos da **Ação Civil Pública 5218464.62.2016.8.09.0051**. Assim, afirma que, "*ao promover novo processo licitatório, estar-se-á adiantando uma possível sentença de encerramento contratual, sem que tenham sido assegurados, os requisitos básicos de qualquer demanda judicial, ferindo, por óbvio o Estado Democrático de Direito*" (fl. 1.404).

Ao final, requer a concessão de "*efeito suspensivo, INTERROMPENDO TODO E QUALQUER ATO QUE VISE CONTRATAR e/ou LICITAR o objeto contido no contrato de comodato firmado entre a Requerente e o Estado de Goiás, em razão de sua vigência*" (fl. 1.417).

É o relatório.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, a concessão de efeito suspensivo a recursos especiais está condicionada à presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* (plausibilidade jurídica da pretensão) e do *periculum in mora* (perigo da demora na prestação jurisdicional). Nesse sentido: **AgInt no TP 265/SP**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 10/05/2017.

O presente pedido é formulado nos autos de agravo manejado para destrancar recurso especial que desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o qual, ao apreciar agravo de instrumento, manteve decisão do juízo singular que concedeu tutela de urgência nos autos da **Ação Civil Pública 5218464.62.2016.8.09.0051**, a fim de "*suspender os efeitos do contrato de comodato nº 001/2015 firmado entre o ESTADO DE GOIÁS e a empresa EXPRESSOCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA*" (fl. 1.043).

O agravo em recurso especial não foi conhecido, ante a incidência do óbice contido na Súmula 182/STJ (fls. 1.322/1.323), decisão essa que foi confirmada pela egrégia Primeira Turma desta Corte, conforme consta no acórdão de fls. (fls. 1.356/1361).

Nesse contexto, ante o não conhecimento do agravo em recurso especial, não vislumbro ambiente para a concessão da almejada medida suspensiva, que pretende, em última análise, debater a validade do contrato de comodato firmado entre a parte requerente e o Estado de Goiás.

Ausente, em tal cenário, o requisito concernente ao *fumus boni iuris*, inócua se torna a perquirição em torno da alegada presença do perigo da demora.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**